



ILMO. SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Pregão Eletrônico 216/2022

Processo 15.980/2021

TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 11.922.238/0001-90, sediada na Av. Lobo Júnior, nº 688 - Parte, Penha Circular, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21020-125, representada pelo seu sócio administrador o Sr. Marcelo Pereira Alves, com fulcro nos Artigo 41, § 1º da Lei 8.666/1993 e Artigo 24, do Decreto 10.024/2019, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO** ao Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe, o que o faz nos seguintes termos:

I - TEMPESTIVIDADE

O artigo 24 do Decreto 10.024/2019, garante aos licitantes o direito de impugnar os termos do edital no prazo de até três dias úteis anteriores a data de abertura da sessão. Portanto, a data de abertura está agendada para 10/05/2023, nesse sentido a peça impugnatória preenche os requisitos de admissibilidade.

II- DOS FATOS

II.1) Item 19.2.2 - O Responsável Técnico deverá pertencer ao quadro técnico da empresa, sendo tal natureza comprovada através da apresentação de um dos itens: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Contrato Social (quando se trata de dirigente ou sócio da empresa) ou **Contrato de Prestação de Serviços devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.**

Ocorre que no edital em seu item 19.2.2, dispõe como requisito para "Qualificação Técnica Profissional", que o **Contrato de Prestação de Serviços esteja devidamente registrado em cartório de títulos e documentos**. Contudo, o registro em cartório do documento citado configura exigência ilegal que afronta o princípio da isonomia e da competitividade.

Tal exigência não é prevista na Lei 8666/93, e, em nenhum instrumento legal para fins de habilitação dos licitantes. Contudo, toda atividade do estado e, inclusive os editais de concorrências públicas, estão subordinados ao Princípio da Legalidade, previsto no art. 37, caput, da CF de 1988.

Toda via, vale destacar, que a Lei Federal 13.726/2018, "Lei da Desburocratização", entrou em vigor em 23/11/2018, com a finalidade de evitar exigências desnecessárias e simplificar os procedimentos administrativos com a Administração Pública das esferas federal, estadual e municipal.

Portanto, não faz sentido do ponto de vista técnico-jurídico, exigir registro em cartório do contrato de prestação de serviços do responsável técnico, a exigência em comento não encontra amparo na Lei de Licitações e inexistente norma que condicione a validade da avença entre a empresa licitante e seu responsável técnico. O próprio Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro, para a inclusão do profissional no quadro de responsáveis técnicos da empresa, só exige uma ART de cargo e função emitida pelo profissional afim de comprovar o vínculo entre as partes, não há exigência de contrato de prestação de serviços e/ou CTPS.

Vejamos:

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

<https://novoportal.crea-rj.org.br/inclusaoresp tecnico/>

1 - Instrumento de Constituição (contrato social, estatuto, declaração de empresário e das alterações subsequentes, matriz ou filial,

com registro na Junta Comercial ou em Cartório de Pessoas Jurídicas do Estado do Rio de Janeiro, ou em Cartório de Notas-Seção de Pessoa Jurídica em Municípios que não haja Cartório de Pessoa Jurídica ou publicada no Diário Oficial - DORJ. O registro no órgão competente deverá constar em todas as folhas do referido instrumento. No caso de Cooperativa, deverá ser comprovado também o registro na Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro - OCERJ

Nota: Quando se tratar de filial, deverá constar na alteração contratual ou em Ata a abertura da mesma, devidamente registrada no órgão competente.

2 - Quando se tratar de Pessoa Jurídica de outro estado, apresentar Certidão de Registro da matriz, exercício corrente, emitida pelo Crea de onde iniciou as atividades.

3 - Vínculo do profissional com a pessoa jurídica. (ART de Cargo/Função)

Nota: O(s) profissional(is) apresentado(s) como responsável(is) técnico(s) deverá(ão) possuir registro ou visto no Crea-RJ e deverá(ão) ter situação regular, sem nenhum tipo de débito.

3.1 - Registrar ART de cargo ou função, observando a codificação para responsável técnico ou quadro técnico, conforme o caso. O campo 23 "prazo do contrato" deverá ser preenchido com "não". O campo 24, com a jornada de trabalho. O campo 26 deverá ser preenchido com o salário, ou a marcação "SIM", para pró-labore, em caso de sócio. No campo "Tipo de vínculo" deverá ser especificado o vínculo do profissional (empregado, empregado público, prestador de serviços, servidor público ou sócio).

Nota: a remuneração deverá estar de acordo com a legislação vigente. (Veja a tabela aqui)

3.2 - Cadastrar e efetuar o pagamento da ART de Cargo ou Função (Clique aqui para conferir os valores vigentes), conforme acima orientado. Não precisa apresentar cópia, mas o pagamento deverá ter sido efetuado e o número deverá ser informado no RPJ.

3.3 - Caso o profissional indicado como Responsável Técnico não resida no Estado do Rio de Janeiro, deverá ser apresentado comprovante ou declaração de residência assinada pelo profissional.

3.4 - Quando o profissional indicado como Responsável Técnico for Engenheiro de Segurança do Trabalho, deverá ser apresentada declaração

informando detalhadamente as atividades a serem exercidas pelo profissional na área da Engenharia de Segurança do Trabalho, devendo conter assinatura do representante legal da empresa, bem como do profissional, conforme decisão CEEST-RJ nº003/2017.

Data vênua, a validade do contrato de prestação de serviços firmado entre a empresa e o profissional está subordinada ao atendimento dos requisitos da legislação civil, o simples fato de inexistir o registro em cartório de títulos e documentos não afasta a validade jurídica do documento firmado.

Toda via, a matéria abordada já foi pacificada por diversos Tribunais, destacando a desnecessidade de registro de contrato de prestação de serviço em cartório de títulos e documentos. Vejamos:

"(...) o profissional esteja em condições de desempenhar seus trabalhos de forma efetiva no momento da execução contratual. Sendo assim, o contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum se revela suficiente para a Administração Pública" (Acórdão n.º 1898/2011-Plenário, TC-011.782/2011-0, rel. Min. Raimundo Carreiro, 20.07.2011.)

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em brilhante decisão, ao analisar o TC-001055/002/11, da Prefeitura Municipal de Botucatu, apresenta argumentos ainda mais esclarecedores:

O edital exigiu que o responsável técnico possuísse vínculo firme com a empresa licitante, sem permitir, sequer, a comprovação desse vínculo em momento posterior ao certame - por exemplo, como condição para assinatura do contrato. A exceção vem na parte final do item 12.6.3.3, ao admitir a presença de profissional autônomo, mas desde que fosse apresentado o correspondente contrato de prestação de serviços,

registrado em cartório. Esse registro exigido pelo edital não encontra amparo na Lei de Licitações e não há norma que condicione a validade de avença desse tipo a tal assentamento. Trata-se de invenção de quem elaborou o edital, sem qualquer justificativa - a não ser, quiçá, contornar a abertura que a Súmula 25 conferiu para a demonstração da relação entre o responsável técnico e a empresa interessada. Por essas razões, voto pela irregularidade do item 12.6.3.3 do edital. (...) TC-001055/002/11. (Grifo nosso)

No âmbito do judiciário, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, em caso análogo, também destacou a ilegalidade da exigência:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0003566-51.2013.8.08.0050
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE VIANA AGRAVADA: PROJECTA CONSTRUTORA LTDA. RELATOR: DES. CARLOS SIMÕES FONSECA
EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - PRELIMINARES: NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO - REJEITADAS - MÉRITO: LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE VIANA - INABILITAÇÃO DE LICITANTE NA FASE TÉCNICA - AUSÊNCIA DE REGISTRO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM TÉCNICOS RESPONSÁVEIS EM CARTÓRIO - EXIGÊNCIA QUE SE REVELA IRRAZOÁVEL E CONTRÁRIA AO PRINCÍPIO DA AMPLA CONCORRÊNCIA - PRESENÇA DA RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO E DE PERICULUM IN MORA - RISCO DE PREJUÍZOS ECONÔMICOS À LICITANTE EXCLUÍDA - DECISÃO ACERTADA - RECURSO IMPROVIDO. 1. Ainda que o bem objeto da licitação impugnada já tivesse sido adjudicado à empresa vencedora, é certo que tal situação não importaria na perda superveniente do objeto do mandado de segurança originário, posto que eventuais vícios no transcurso do processo licitatório macularia não só a referida adjudicação, como também o contrato administrativo dela decorrente (art. 49, §

2º, da Lei n.º 8.666/93). Preliminar de não conhecimento do recurso rejeitada. 2. De acordo com a regra constante do § 1º, do art. 7º, da Lei n.º 12.016/09, da decisão que concede ou denega pedido liminar em mandado de segurança o recurso cabível é o agravo, em sua modalidade instrumental. Preliminar de não conhecimento do recurso rejeitada. 3. O agravante não declinou em seu recurso quais os motivos que levaram a Administração a incluir no edital do certame, a exigência de que os contratos de prestação de serviços autônomos firmados com os responsáveis técnicos pela obra sejam registrados em Cartório, bem como qual seria o prejuízo por ela suportado em virtude do não atendimento desta regra. 4. De acordo com o entendimento sufragado pelo c. STJ, não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações. 5. A exigência que resultou na inabilitação da agravante não se coaduna com esta orientação principiológica, que impõe a necessidade de competitividade nos procedimentos licitatórios, porquanto se trata de medida que denota excesso de formalismo e que não trará qualquer utilidade prática à Administração. 6. Também se verifica a existência de periculum in mora em favor da agravada, haja vista os evidentes prejuízos econômicos e financeiros que ela poderá suportar caso o certame licitatório não venha a ser sobrestado, e o objeto da licitação seja adjudicado e executado por outra empresa no transcurso do mandamus. 7. Só se reforma decisão que defere ou não a liminar quando a mesma se mostrar teratológica, infringente de disposição legal, ou contrária à prova

dos autos, o que não se vislumbra na vertente hipótese . 8. Recurso improvido. A C Ó R D ã O Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDA a Colenda Segunda Câmara Cível, na conformidade da ata da sessão, à unanimidade de votos, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do eminente relator. Vitória (ES), 17 de dezembro de 2013. DES. PRESIDENTE DES. RELATOR (TJ-ES - AI: 00035665120138080050, Relator: CARLOS SIMÕES FONSECA, Data de Julgamento: 17/12/2013, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 22/01/2014). (Grifo nosso)

Ainda, sobre o registro de contratos em cartório, colhe-se da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

APELAÇÕES CÍVEIS E REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. SERVIÇO DE COLETA SELETIVA DE LIXO E DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. INABILITAÇÃO. PRESENTE VIOLAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. FORMALISMO EXCESSIVO. RECEBIMENTO DA APELAÇÃO COM EFEITO SUSPENSIVO. QUESTÃO JÁ ANALISADA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. Caso em que é nula a cláusula editalícia que exige, para fins de comprovação da capacidade técnica, a apresentação de contrato de locação de veículos registrado em cartório de documentos, uma vez que tal exigência não tem o condão de demonstrar a necessária qualificação técnica da empresa licitante. Descabe o formalismo excessivo nas licitações, consubstanciado na necessária vinculação ao instrumento convocatório, pois o procedimento administrativo tem por finalidade a obtenção da melhor proposta para a Administração e, sem ofender a isonomia, o formalismo deve ser moderado. O pedido de efeito suspensivo ao recebimento da apelação está precluso, pois o tema já foi analisado nos autos do

agravo de instrumento nº 70067150540. APELAÇÕES DESPROVIDAS. MANTIDA A SENTENÇA, EM REEXAME NECESSÁRIO. UNÂNIME. (Apelação e Reexame Necessário Nº 70068296250, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em 25/05/2016) (TJ-RS - REEX: 70068296250 RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Data de Julgamento: 25/05/2016, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 03/06/2016. (Grifo nosso)

Portanto, ficou comprovado a irregularidade da exigência em questão, cuja segurança jurídica da contratação pode ser suprida através de outros instrumentos hábeis que não impeçam o livre acesso ao certame.

Ademais, tal exigência fere o bom-senso e, especialmente, o Princípio da Razoabilidade, posto que, não se vislumbra ponderação a exigência de um mero formalismo, que tão-somente traz mais ônus aos licitantes, não contribuindo em nada para o alcance do interesse da coletividade, tampouco da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Em conclusão, evidencia-se que tal exigência, não prevista na Lei de Licitação, ofende diretamente ditames fundamentais do ordenamento jurídico pátrio quanto à validade dos Negócios Jurídicos, onde duas partes (Empresa e Responsável Técnico) cristalinamente externaram, através do competente contrato, suas vontades de perfectibilizar um pacto, que gera efeitos a ambas as partes e que pode ser oponível a terceiros, in casu, à Administração Pública."

III - CONCLUSÃO E PEDIDO

Por todo exposto, **REQUER**, seja julgada procedente a presente impugnação, a fim de que:

- 1) Seja excluída do item "19.2.2" do Edital a exigência de **Contrato de Prestação de Serviços devidamente registrado em cartório de títulos e documentos;**
- 2) A Inclusão no item "19.2.2" do Edital, que a comprovação do vínculo empregatício, ou contratado, ou societário, pode ser comprovado através de ART de cargo e função, nos termos do Conselho Regional Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro;
- 3) A Inclusão no item "19.1.1" do Edital, que as licitantes também poderão comprovar possuir responsável técnico nas áreas de engenharia mecânica, elétrica e eletrônica através da ART de cargo e função que vincula o profissional a empresa nos termos do Conselho Regional Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro;
- 4) E que seja marcado uma nova data de abertura na forma da lei;

Caso não atendidos os pedidos acima, requer, desde já, seja a presente impugnação encaminhada à ilustre autoridade superior, para seu provimento.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2023.



Nome completo: MARCELO ALVES PEREIRA.
Identidade: 020.176.255-6 DETRAN/RJ.
CPF: 103.096.567-61.
Cargo: SÓCIO-DIRETOR.